

NÔ PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3723 — BISSAU

Comemorações do 3 de Agosto

Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, é hoje evocado o décimo-sétimo aniversário do massacre de Pidjiguiti, em 3 de Agosto de 1959.

Comícios, jornadas de trabalho voluntário, manifestações culturais e competições desportivas assinalarão, em todas as regiões do nosso país, a heróica acção dos marinheiros de Pidjiguiti.

Sobre as comemorações na cidade de Bissau, foi distribuído o seguinte comunicado:

«A Comissão da Organização do PAIGC comunica a todos os Comités de Bairro e ao público em geral, de que na reunião de 27 de Julho de 1976, dedicada aos preparativos da cerimónia de 3 de Agosto, decidiu-se:

I — Será realizada uma marcha com início às 8 horas e 30 minutos, da Praça dos Heróis Nacionais à Praça dos Mártires do Colonialismo (Pidjiguiti), onde será deposta uma coroa de flores no monumento aos Mártires do 3 de Agosto, seguida de intervenção dos membros dirigentes do Partido e da organização dos trabalhadores.

II — Na referida marcha, devem tomar parte 60 pessoas de cada bairro integradas pelas diferentes organizações de massas dirigidas pelos respectivos Comités do Partido, e uma delegação das FARP e dos marinheiros de Três de Agosto.

III — Realiza-se também à tarde às 15 horas importantes «meetings» em todos os bairros presididos pelos delegados da direcção do Partido, que militam nesses bairros».

COMITÉ 3 DE AGOSTO

O Comité de Marinheiros 3 de Agosto promove também uma série de realizações, para assinalar o décimo-sétimo aniversário do massacre de Pidjiguiti.

Ontem à noite, no Lino Correia, realizaram-se dois jogos de futebol, entre as equipas do Comité 3 de Agosto e da Marinha de Guerra (para a Taça Joãozinho Mambarbual, que foi contramestre da lancha «Mondego» e o segundo marinheiro tombado em Agosto de 1959) e do Benfica de Bissau e da União Clube de Comunicações e Transportes, agrupamento recém-criado (para a Taça Silva Masa Daco, que foi capitão da embarcação «Sousa» e o primeiro marítimo tombado durante o massacre).

O Comité 3 de Agosto promove igualmente, hoje, um almoço de confraternização, a que se seguirá um comício.

1959 — 3 DE AGOSTO — 1976



MASSACRE DE PIDJIGUITI

3 de Agosto de 1959: um marco decisivo no longo percurso da luta de libertação do povo da Guiné e Cabo Verde. Ali, no cais de Pidjiguiti, tombaram heroicamente cinquenta trabalhadores africanos que escreveram com o seu sangue a página mais ardente no grande livro da história do PAIGC. Só restava aos agentes do colonialismo português a metralha cega para afogar o movimento reivindicativo dos marinheiros e estivadores e tentar o desmantelamento da estrutura do Partido. A esse factor interno juntava-se o factor externo, dominado pela marcha vitoriosa dos povos africanos em geral e especialmente, no contexto regional, pela proclamação da independência da República da Guiné. Daí a determinação dos colonialistas de sustentar o que lhes aparecia, como a primeira manifestação organizada da consciência política das massas laboriosas, em particular as de Bissau.

O muro de silêncio erguido em torno das colónias portuguesas pela propaganda luso-fascista não permitiu que tal tentativa de genocídio fosse largamente conhecida e denunciada pela opinião pública internacional. Mas graças ao trabalho incessante do PAIGC, foi possível fazer compreender progressivamente toda a dimensão do massacre de Pidjiguiti. E quando o dia 3 de Agosto foi instituído pela Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Tunis, como a jornada de solidariedade para com os patriotas das colónias portuguesas, os heróis de Pidjiguiti retomaram o seu lugar entre os sujeitos da história e os construtores do futuro.

Assim o entendeu o Fundador da Nacionalidade, Amílcar Cabral.

Assim o entendeu o PAIGC que, a partir de Pidjiguiti, procedeu ao reajustamento da sua estratégia política e escolheu significativamente a data de 3 de Agosto de 1961 para lançar à face do mundo a proclamação da acção directa.

Encerrou em Bissau a II Assembleia da Saúde

Importantes resoluções sobre política sanitária e social saíram da II Assembleia Anual da Saúde, que terminou no domingo em Bissau, após quatro dias de debates intensos entre os responsáveis do Comissariado, dos hospitais e das regiões. Estas resoluções vão ser agora submetidas à apreciação do Conselho de Comissários, que terá a última palavra a dizer.

Desde a redistribuição de quadros pelas diversas unidades sanitárias do País até à definição de uma política de acção social a curto prazo, passando pelas questões de ordem disciplinar, pode dizer-se que os mais prementes problemas que se colocam no campo da Saúde

e Assuntos Sociais foram objecto de aprofundada análise e da tomada de resoluções que visam fundamentalmente melhorar o nível de assistência às populações.

Mas, conforme foi salientado na sessão de encerramento, o êxito desta reunião depende da forma como as medidas adoptadas vierem a ser aplicadas na prática. Destaque-se ainda a presença nesta Assembleia de uma delegação de Cabo Verde, chefiada pelo ministro da Saúde e Assuntos Sociais, cuja participação significa mais um passo para a consolidação da unidade entre os dois países irmãos.

Presidente Luiz Cabral terminou visita ao Sul

O Presidente Luiz Cabral regressou a Bissau anteontem, domingo, ao princípio da noite terminando uma viagem de cinco dias pelo sul do país. A comitiva presidencial visitou 15 cidades e tabancas, passando por várias outras onde não houve tempo de parar.

Em quase todas as localidades foram feitas reuniões com as populações, debatendo-se problemas. Bafatá, Bamberinca, Xitole, Saltinho, Quebo, Sanconha, Bricama, Caci-ne, Cassacá, Buba, Cassebetch, N'Djassane, Ganturé Fulacunda e Tite foram visitados pelo Presidente Luiz Cabral. Da sua comitiva faziam parte os camaradas Umaru Djaló,

Carlos Correia e José Araújo, do C.E.L., Bacar Cassamá e Malam Gino Mané, do C.S.L., Samba Lamine Mané, Comissário da Agricultura, Filinto Barros, Secretário-Geral da Presidência, e comandante Arafan Mané e Benvindo Pereira, da Casa Militar da Presidência. Em próxima edição, iniciaremos a publicação de reportagens sobre a visita.

O fim da viagem presidencial, previsto para dois dias mais tarde, foi antecipado devido à notícia da morte, em Bissau, da camarada Tombom Pereira, esposa do comandante Benvindo Pereira a quem os trabalhadores do Nô Pintcha apresentam condolências.

17.º aniversário do massacre de Pidjiguiti

Historias do Cais de Pidjiguiti

O marinheiro sobrevivente



saram em fugir sair do cais. Correr para outro lugar, não importava para onde. Todos ficaram, o patrão-mor fechou o portão de ferro. O negro sentiu um nó na garganta, viu as expressões contrariadas dos marinheiros. A morte era certa. Poderia ser rápida, instantânea. Fim da história de negro, de escravo dos tugas.

A granada de fumo explodiu na ponta do cais. Os tugas atacavam. As sombras dos marinheiros transpareciam no porto esfumado. Corriam sem direcção, rostos desfigurados. Alguns tentavam atingir os soldados, outros lançavam-se no rio. Era só o tempo de sentir a temperatura da água e receber um tiro nas costas. O chumbo penetrava explosivo entre as vértebras. Os corpos desapareciam no Geba, antes de alcançar os barcos ancorados a alguns metros.

Em segundos o Pindjiguiti estava coberto de sangue. Tudo inútil. Os tugas sabiam nadar, mandavam em tudo. Na terra, nos homens. Upadai já não controlava o corpo, perdia os sentidos. O cais era outro, tudo acabava naquele momento. Ele já não precisava do aumento para alugar um quarto em Bissau. Sentia apenas a corrida desesperada, a morte colectiva.

As pedras do porto, escorregadias, cheias de lama, não ajudavam os marinheiros encucalados. Estavam limitados a uma estreita faixa de terra entre o prédio da administração da Gouveia e as águas pantanosas do rio. Era guerra: lei de tuga contra vontade de negro.

Passaram cinco minutos. Upadai olhou para o lado. Os companheiros arriscavam a vida, tímidos e agressivos ao mesmo tempo. Um deles tentou chegar perto da polícia. Já não tinha medo, jogava tudo. Remo na mão aproximou-se do soldado. E gemeu. A bala atingiu de raspão, cortou a barriga de um lado a outro. Corte horizontal, anatómico. Expôs as tripas, a constituição frágil do homem: cartilagens, veias, estômago.

O marinheiro ferido sentou na beira do cais. Tripas na mão, modos de velho na hora da morte. Pediu uma faca. Queria acabar com tudo. Perplexo. Mãos vermelhas seguravam o estômago. Era Augusto, marinheiro velho, cinquenta anos. Morreu no hospital.

Upadai não quis mais saber, atirou-se ao rio. Tentaria nadar até os tarrafos, sobreviver para vingar-se dos tugas. Um dia eles iam ver. Era só a raiva tomar conta das pessoas, invadir a cabeça. A polícia não poderia segurar mais ninguém.

O negro ficou encolhido atrás dos tarrafos, ouvindo os tiros. Não acabavam mais. O tempo não era nada do que conhecia, pensava que seria impossível cronometrar as horas pelo relógio. O tempo estava dentro dos homens, escondido no calor dos ossos. Cada um tinha o seu: os escravos um, os senhores outro. O resto era mentira, conversa das pessoas.

A polícia aproximava-se dos tarrafos. Disparava de longe, metralhadoras apontadas para o tarrafo. Trabalhadores caíam, enterravam o rosto no lodo. Upadai rastejava entre os galhos secos. Não se lembrava mais da família, da malária no sangue. Pertencia aos acontecimentos, era um marinheiro da Gouveia nascido em Pecixe, na região de Cacheu.

O tiroteio só acabou quando o chefe da administração dos portos mandou. Branco com cargo importante mandava na polícia, Romeu correu entre os soldados e deu a ordem: — É preciso parar, os marinheiros estão a morrer —. O som mudava no Pidjiguiti a nova recomendação seria obedecida.

Upadai tentou caminhar outra vez para o cais. Os tiros haviam cessado, já era possível escapar. Mas, em poucos segundos, percebeu que não seria assim. Os sobreviventes iriam para o quartel de Santa Luzia. Conheceram o cubículo de poucos metros que servia de calabouço. O corpo passaria a ser diferente, vários dias sem ver o sol, sem comer, sem beber.

Agora era preciso resistir à violência das torturas, à cela pequena do quartel. Quase insensível às feridas, aos interrogatórios prolongados, às noites sem dormir, acabaria por se acostumar à rapidez do chicote, da palmatória. O quotidiano dos trabalhadores ia mudar. Para alguns por nove meses, para outros por um ano, dois anos.

Ele começou a empilhar os mortos. Anoitecia em Pidjiguiti. Mais tarde chegariam dois camiões do exército para levar os presos. Ficaria um ano e meio afastado da cidade. A medida que segurava os corpos dos companheiros, revivia tudo. Ele era negro, marinheiro. Observou os gestos dos soldados, o sangue nas pedras do cais. Sabia como as balas rompiam a pele. Estava vivo, contaria a história de Pidjiguiti.

Enquanto carregava os mortos, Upadai lembrou, dos dias anteriores, a organização dos trabalhadores, as ordens do Partido. Eles já estavam cansados. Não conseguiam

mais segurar as palavras saindo pela boca, escorregando pela garganta. Era preciso falar, dizer que não queriam mais aquela vida de miséria, de marinheiros nas águas do Geba. Na manhã do dia 31 eles decidiram. Recusaram o salário, disseram aos pagadores que queriam aumento. Aquele dinheiro, nunca mais.

As reuniões haviam começado no dia 25 de julho. Planearam tudo clandestinamente. Ocante, o líder do movimento, tinha contacto directo com o Partido. Organizou a luta, sabia que eles já não queriam apenas aumento, precisavam mais.

Os administradores da Gouveia continuavam indiferentes. Não diziam nada. Deixaram passar o dia primeiro, o dia dois. Na manhã do dia três, os marinheiros iniciaram a greve. O patrão reagiu, queria conversar. Upadai estava junto. Recorda o diálogo, a voz serena do gerente:

— Os marinheiros alimentam-se de peixe seco e óleo de palma, não precisam de dinheiro.

Os trabalhadores sabiam que seria assim, mas decidiram continuar. Naquele dia iam conseguir tudo. O patrão podia chamar o chefe de polícia. Eles não voltariam aos barcos. Eram capazes de explicar:

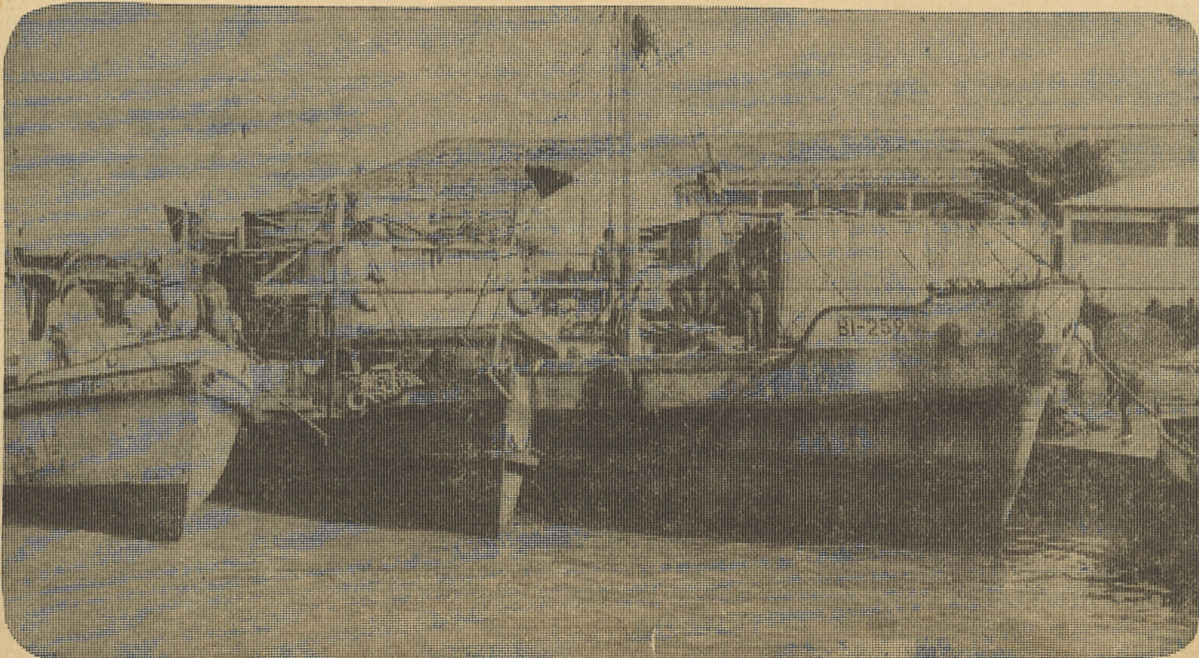
— Não queremos mais aumento. Vão embora e deixem a terra livre. A terra é nossa, sabemos o valor dos nossos produtos.

Upadai lembra de todos os detalhes, não tem medo de errar. Tocou os cadáveres, os corpos esburacados, o caminhão de carga. Já tinha um metro e setenta e cinco na tarde do dia três. Viu quando um grevista depois de ser agredido, esbofetou o chefe da polícia.

Levantou-o pelo colarinho da camisa e atirou ao chão o uniforme militar. Caíram algumas gotas de sangue em baixo dos coqueiros, na avenida do porto. A resposta do policial foi brusca, antes de correr para o quartel:

— Querem a vossa terra? Vão ter.

Ainda não havia chovido naquele dia. O calor forte incomodava os trabalhadores. A morte estava ligada à tragédia, ao porto de Bissau. Ninguém sorria no Pidjiguiti. A angústia estava incorporada ao quotidiano, à cor da pele, à condição de marinheiro. Os tiros interromperam o silêncio. Estilhaço na cabeça, no cérebro. As balas atingiam tudo. Mudavam a cor do rio Geba, manchavam a farda dos soldados. Upadai estava lá.



NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo
Sai às terças, quintas e sábados

Serviço Informativo das Agências; AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.

Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade — 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

Um ano 400,00

Seis meses 250,00

Outros Países Africanos,

e Portugal

Um ano 500,00

Seis meses 300,00

Serviços de Distribuição e Vendas do «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «HIGIENE» — Rua António N'Bana, telefone 2520.

AMANHÃ — «MODERNA» — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes — 2888/2867
Bombeiros — 2222

Polícia:

Primeira Esquadra — 3333

Segunda Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4

TAP — 3991/3

TAGB — 3004

Aeroflot — 3002

Air Argelie — 3775/7

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7h às 17h)

Assistência à rede eléctrica — 2414

(das 16h às 24h)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSIONES:

Das 6 às 8, das 12 às 15 e das 19 às 24 h.

NOTICIÁRIOS:

Às 7, 13h 15min, 17, 20h.

AGENDA DO DIA:

Às 18h 45min.

CINEMA

HOJE — Às 18 h. 30 min. — filme a anunciar. — Às 20 h. 45 min. — «Não há fumo sem fogo», realização de Alastair Reid com Peter Finch, Shelley Winters — m/18 anos.

AMANHÃ — Às 20 h. 45 min. — «Não há fumo sem fogo», realização de Alastair Reid com Peter Finch, Shelley Winters — m/18 anos.

17.º aniversário do massacre de Pidjiguiti



Luiz Cabral: Apos o massacre os colonialistas queriam prender um africano alfabetizado...

Após os acontecimentos de Pidjiguiti, os colonialistas procuraram encontrar e prender «um africano alfabetizado» que estivesse por detrás dos grevistas... Tal era a mentalidade dos que oprimiam o nosso povo. O camarada Carlos Correia, hoje membro da direcção do Partido, foi então uma das vítimas escolhidas.

O Presidente Luiz Cabral, num comício com os marinheiros do Comité 3 de Agosto, realizado em Junho passado, em Bissau, descreveu o ambiente criado pela repressão colonialista sobre os patriotas que, na capital, se encontravam organizados no nosso Partido.

«A greve de Pidjiguiti provocou medo nos tucas. A África erguia a cabeça. Alguns países africanos já eram independentes, por exemplo o Ghana e Guiné. Em outras terras começavam a luta pela independência e, na nossa terra, a Pide pressentia qualquer coisa, o início da organização. Os tucas notaram, durante a greve, que não se tratava apenas de manifestantes interessados em reivindicar um aumento de salário. A situação iria mudar.

Era a primeira revolta do nosso povo para acabar com as injustiças, com as humilhações na nossa terra. Nós vivemos esse momento. Conhecemos a resistência dos camaradas que decidiram fazer a greve. O camarada Carlos Correia e eu saímos do trabalho, quando ele se encostou à porta para observar os acontecimentos. Vieram empurrá-lo. Ele protestou e, por isso, porque era proibido protestar foi levado para a cadeia no mesmo dia. Logo em seguida, foi solicitada a sua libertação. Nada podia justificar a sua prisão, ele não havia feito nada.

No dia seguinte, quando Carlos Correia saiu da prisão, o director da Pide em Lisboa telefonava para Bissau. Perguntava se entre os manifestantes se encontrava algum africano alfabetizado, que tivesse andado na escola. A Pide respondeu que não, que haviam prendido uma pessoa nessas condições, mas que já fora libertada. E, além do mais, esse preso estava no liceu.

O camarada Carlos Correia já ser preso novamente. Desta vez, por ordem do director da Pide que pre-

tendia interrogá-lo em Lisboa. Mas não teve tempo. O camarada Aristides Pereira era o chefe da secção telegráfica de Bissau e controlava todas as conversas entre os dois países. Quanto interceptou a ligação da polícia, Aristides Pereira avisou-me imediatamente. Passou pelo meu emprego e disse que Carlos Correia deveria ser preso pela Pide.

Nessa noite, fomos procurá-lo e preparamos a sua saída para o exílio. Ele iria num carro que conseguimos obter na última hora. No dia seguinte, às 8 horas, os agentes da Pide chegavam a Casa Gouvea. Iam com a intenção de prender Carlos Correia. Mas o irmão dele havia passado antes pelo serviço para avisar que ele estava doente e não iria trabalhar. A Pide não desistiu, foi até a casa dele. Já era tarde: Carlos já tinha ultrapassado a fronteira.

Os tucas ficaram com mais medo, sentiam que alguma coisa ia mudar. Aquele era apenas mais um dos crimes dos colonialistas. Mas o nosso Partido já possuía mais experiência, conhecia profundamente a realidade. Por isso, através do camarada Cabral o Partido lançou as palavras de ordem que iriam conduzir a nossa luta a partir daquele momento.

O Camarada Cabral estava a caminho de Angola no dia do massacre. Foi avisado na mesma tarde pelo camarada Fortes, que era chefe da secção postal do correio. Recebeu um relatório das notícias e divulgou-as para várias agências internacionais. O mundo iria conhecer os acontecimentos de Pidjiguiti

através da BBC de Londres, das rádios de Dakar e Brazaville.

No mês de Setembro, Cabral voltava a Bissau para reunir-se clandestinamente com os camaradas. Assim que chegou, disse que nós devíamos deixar Bissau. Pensava que a partir do massacre, os tucas haviam concentrado a sua força na capital. E se houvesse uma insurreição em Bissau, nós éramos inúteis sem armas, seríamos todos eliminados. Portanto, deveríamos largar tudo e ir para o mato organizar a nossa força para conseguir expulsar os tucas de Bissau.

O período posterior ao massacre de Pidjiguiti serviria para a definição das formas de luta do Partido. Em 1960, o camarada Amílcar Cabral saiu de Lisboa para assistir uma conferência de países africanos, na Tunísia. Depois foi para Londres, onde deu uma conferência de imprensa sobre o colonialismo português. Falava pela primeira vez, publicamente, sobre os actos do governo de Salazar. O governo distorcia a verdade, não dizia o que se passava nas colónias, tentava esconder o racismo afirmando que era o único país colonizador que permitia uma lei igual para todos e que os africanos estavam contentes por serem portugueses pretos.

A fase mais quente começou. Cabral foi a Conakry organizar o secretariado do Partido. Foram presos muitos dos meus colegas. Meu irmão, Toi Cabral, foi detido, deportado para Lisboa e depois transferido para Moçambique. Fortes, um camarada que trabalhava na Gou-

vea, um paráltico, foi confundido com Fernando Fortes, o funcionário dos Correios.

Os tucas começaram a pôr os olhos em cima de mim. Pensavam prender-me em Bissau. Mas como eu era o único guarda-livros da Gouvea e precisava fazer as contas do ano para fechar a escrita, não fui preso. O chefe da Gouvea pediu à Pide para esperar até o fechamento das contas. Mas a Pide era insistente. Na época em que foi inaugurada a Associação Comercial, o chefe da Gouvea telefonou para Lisboa, queria contratar outro guarda-livros.

Novamente, o camarada Aristides Pereira ouviu a conversa. Avisou-me que devia fugir, iam prender-me. Então, o camarada Fausto Teixeira ajudou a preparar a fuga. Ele também era contra o governo português. Arriscou muita coisa. A Pide deixou polícias sentados à frente da minha casa e montou um sistema de segurança na ponte de Ensalma para controlar os carros.

Uma noite saí de casa e fui ao Hotel Portugal. De calções e camisa, com um «pull-over» no ombro. Na volta, quando regressava a casa reparei que era seguido por polícias. O camarada Fausto Teixeira parou o carro em frente das Oficinas Navais. Abriu a porta e tirou as chaves, fingindo que ia apertar as rodas.

Entre no carro rapidamente, ele recolheu a caixa de chaves e levou-me para a fronteira.

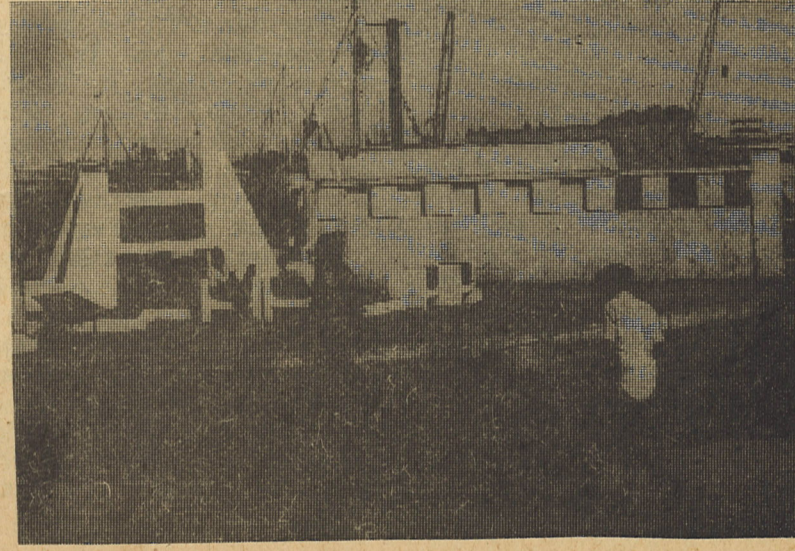
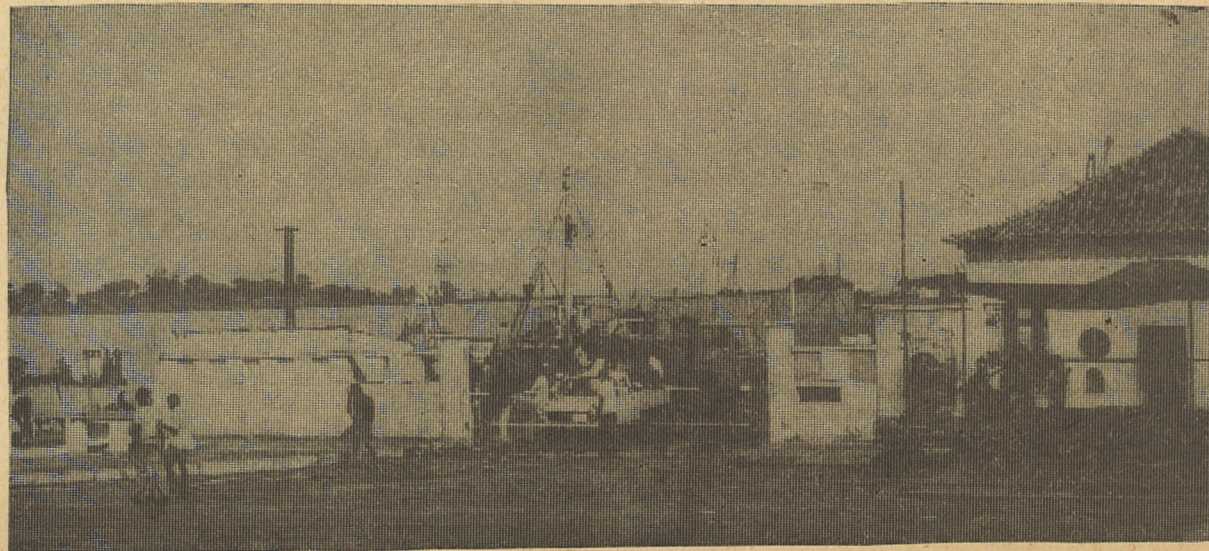
Estava tudo preparado para atravessarmos a ponte de Ensalma. Dois carros iam à frente, ao mesmo tempo que nós. Parámos juntos. Quando a polícia acabou de inspecionar o primeiro carro, saí do automóvel onde estava e fui para outro, que já havia sido revistado. Cheguei a Fajonquito, na fronteira com o Senegal. Depois fui à pé até Salcondé, dormi numa esteira, junto

com um guarda de uma loja e no outro dia, logo de manhã apanhei um carro para Dakar. Ali, encontrei Amílcar Cabral que também estava em Dakar e ia partir para Conakry.

Nesse período, começámos um trabalho conjunto. O Camarada Cabral dizia que a nossa tarefa mais importante era a formação de homens, pois sem homens, nada poderia ser feito. Iniciamos esse trabalho. Ele criou o Lar em Conakry para os camaradas jovens que saíam de Bissau. No lar, as pessoas adquiriam uma formação política, despertavam para a consciência nacional. Os jovens tinham contacto com o programa do partido e recebiam algumas ideias sobre a luta armada e a guerra de guerrilhas.

A partir daí, muitos camaradas foram para o exterior para se prepararem melhor. Depois entraríamos na nossa terra para iniciar a luta armada, para mobilizar o povo no mato, pouco a pouco, com todas as dificuldades. Mas desde o primeiro dia, o povo percebeu que o nosso caminho era correcto. O nosso povo seguiu o PAIGC e nada do que os tucas fizeram para impedir o avanço do partido deu resultado.

Os tucas praticaram todos os tipos de crimes ao seu alcance: mataram pessoas, enterraram homens vivos, nas bandas de Quinara e Tite. Amarraram as pessoas com um peso nos pés para as lançarem ao mar, mataram mulheres, crianças. Os crimes foram praticados por muitos portugueses. Um deles, o capitão Curto, ia as tabancas perguntar à população se queria «chapa ou fogo». Em outras palavras, ou entregavam o emblema do partido ou eram mortos. Muitos morreram inocentes, não tinham emblema. Mas o nosso povo suportou tudo com coragem, porque acreditava no caminho da liberdade.



17.º aniversário do massacre de Pidjiguiti

Amílcar Cabral

Uma lição da História

Na tarde de 3 de Agosto de 1965, através da «Voz da Revolução», o saudoso camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do nosso Partido, dirigia ao Povo da Guiné e Cabo Verde e a todos os combatentes das nossas Forças Armadas, a seguinte mensagem marcando o sexto aniversário do massacre de Pidjiguiti:

«Caros irmãos e companheiros de luta:

Há precisamente seis anos — a 3 de Agosto de 1959 — os colonialistas portugueses cometeram na nossa terra um dos maiores crimes contra a nossa população sem defesa. Sobre o cais de Pidjiguiti, no porto de Bissau, os agentes dos colonialistas portugueses (tropa, polícia e alguns colonos armados) mataram a tiro, em menos de meia hora cinquenta trabalhadores africanos em greve e feriram mais de uma centena.

O povo africano de Bissau que assistira horrorizado ao massacre, teve de conter a sua indignação, para evitar mais perdas em vidas humanas. Mas o crime cometido pelos agentes colonialistas armados contra os nossos irmãos sem defesa, reforçou nos nossos corações — em todos os africanos honestos e patriotas — o ódio ao colonialismo português e a firme decisão de acabar com a dominação estrangeira na nossa terra.

Os trabalhadores do porto de Bissau e dos barcos de transporte fluvial — entre os quais muitos militantes e responsáveis do nosso Partido clandestino — conquistaram, pela sua acção e patriotismo, um lugar de relevo na história do nosso povo. Entretanto, com coragem e heroísmo, as armas criminosas dos colonialistas portugueses, deram ao nosso povo, à África e ao mundo uma prova clara da nossa resolução de acabar com o colonialismo português na nossa terra, quaisquer que fossem os sacrifícios a consentir. Por isso o dia 3 de Agosto ficou gravado nas nossas memórias, na vida e na história do nosso povo, como a data mais importante da nossa luta contra o colonialismo português.

UMA LIÇÃO HISTÓRICA

Mas o massacre de 3 de Agosto foi mais do que um crime dos colonialistas portugueses, foi mais do que um acto de heroísmo patriótico do nosso povo trabalhador. Os acontecimentos do 3 de Agosto foram uma lição histórica para o nosso povo africano e para a direcção do nosso Partido.

Na verdade, o massacre do cais de Pidjiguiti mostrou ao nosso Povo e ao nosso Partido

nacional, o verdadeiro caminho para o desenvolvimento da nossa luta de libertação. Com o sacrifício glorioso e útil dos trabalhadores assassinados em Pidjiguiti, aprendemos que, diante do carácter criminoso e da falta de escrúpulos dos colonialistas portugueses, devíamos mobilizar o nosso povo tanto na Guiné como em Cabo Verde, uni-lo em torno do nosso Partido, organizá-lo e prepará-lo para a luta. Aprendemos ainda que a nossa acção não devia ser feita nas cidades e que, diante das armas dos colonialistas portugueses, a única forma de luta deve ser a luta armada.

Por isso, a conferência clandestina do nosso Partido que teve lugar a 19 de Setembro de 1959, em Bissau, tomou a decisão histórica de dar ao nosso Partido um novo programa e de preparar o nosso povo para a luta armada.

No quadro do programa inaugurado em Setembro de 1959, e para marcar a importância histórica do massacre de Pidjiguiti, o nosso Partido proclamou, a 3 de Agosto de 1961, a passagem da nossa luta da fase política à acção directa contra os colonialistas portugueses. O nosso povo, dando prova da sua consciência política e da sua devoção à luta libertadora, respondeu com entusiasmo às palavras de ordem do nosso Partido, que ordenou a sabotagem das vias de comunicação e das bases económicas dos colonialistas.

As grandes vitórias alcançadas pelo nosso povo e pelos militantes do nosso Partido na execução da operação de sabotagem — que provocou a paralização quase total das comunicações na Guiné — marcaram uma fase nova no desenvolvimento da nossa luta. Os colonialistas portugueses, surpresos e irritados com a acção entusiástica do nosso povo, que sabotou estradas, pontes, fios de telefone e vários armazéns das empresas comerciais portuguesas, desencadearam então uma das mais violentas campanhas de repressão contra as nossas populações e os militantes do nosso Partido. Prenderam milhares de pessoas, queimaram aldeias, massacraram populações sem defesa, assassinaram barbaramente alguns dirigentes do Partido, como o corajoso Vitorino Costa, queimaram vivos e atiraram aos rios militantes do nosso Partido e destruíram várias bases clandestinas no mato. Mas já era tarde para parar a marcha irreversível da nossa luta, para afogar o entusiasmo revolucionário do nosso povo, mobilizado, organizado e dirigido pelo nosso Partido.

Passo a passo, com coragem e decisão, reforçámos os meios humanos e materiais necessários para a luta armada contra as forças colonialistas. E em Janeiro de 1963, depois de várias operações isoladas mas vitoriosas contra as tropas coloniais e contra os agentes da PIDE, o nosso Partido ordenou o desencadeamento da luta armada generalizada no Sul do país. Seis meses depois, com base em esforços e sacrifícios sempre renovados, conseguimos desencadear a luta armada no país. Em alguns meses de luta armada infligimos derrotas espectaculares ao inimigo, libertámos uma parte considerável do nosso território nacional e criámos as condições necessárias para garantir o prosseguimento da nossa luta, fossem quais fossem as forças dos colonialistas.

ESTAMOS CONSTRUINDO UMA VIDA NOVA

Hoje, 3 de Agosto de 1965, ao lembrarmos com respeito e patriotismo, a memória dos nossos irmãos trabalhadores assassinados no cais de Pidjiguiti, temos razões bastantes para estar satisfeitos e para encarar o futuro com segurança e optimismo.

Na Guiné, em dois anos e meio de luta armada, libertámos cerca de metade do nosso país e os colonialistas estão na defensiva. Nas regiões libertadas, estamos a construir uma vida nova, temos várias dezenas de escolas em funcionamento com cerca de 4.000 alunos, instalámos o comércio para abastecer as populações, em artigos de primeira necessidade através dos armazéns do povo, criámos os serviços de assistência sanitária e vários outros organismos que são já o começo do nosso Estado independente. Temos milhares de combatentes na guerrilha e criámos o nosso Exército Popular que se bate em todos as regiões ainda não totalmente libertadas, no Gabú como no Chão dos Mandjacos, no Boé como em S. Domingos. As nossas forças que infligiram aos colonialistas derrotas importantes como na Ilha de Como, em Morés, em Pirada, em Cafine, etc., operam já bem perto de Bissau e qualquer dia estaremos às portas da capital da nossa terra.

A par da luta armada, preparamo-nos para resolver todos os problemas que teremos de enfrentar depois da conquista da nossa independência. Centenas de jovens estão a frequentar cursos superiores e médios no estrangeiro, formamos já e estamos a formar dezenas de enfermeiras,

(Continua na página 8)



Ano VII — N.º 3959

Diário da Guiné Portuguesa

Da Repartição do Gabinete recebemos a seguinte comunicação:

«Serenados os espíritos e clarificado o ambiente de natural nervosismo dos primeiros dias deste mês, entende o Governo da Província ser oportuno trazer a público uma palavra de esclarecimento sobre os acontecimentos ocorridos:

1.º — Desde o dia 11 ficou normalizada a situação em Bissau, que havia sido alterada em 3 de Agosto corrente, quando os marítimos manjacos que tripulam as lanchas comerciais resolveram abandonar o trabalho, sob pretexto de exigirem aumento de salários.

Trata-se de um incidente localizado que se circunscreveu apenas àquela tribo, não tendo o movimento alastrado aos empregados dos restantes sectores comerciais e industriais da cidade, nem mesmo aos estivadores, na sua maioria manjacos, que prestam serviço na Administração do Porto.

Governo da Província Comunicado

Há a deplorar o número de vítimas resultantes da repressão prontamente efectuada na medida adequada à intensidade da investida dos amotinados e lamenta-se que estes tenham recorrido à greve como meio de revelar as suas reivindicações, numa ocasião em que o Governo da Província, por intermédio da Secção Permanente do Conselho do Governo, estava, de há tempos, procedendo ao estudo do ajustamento dos salários dos trabalhadores indígenas.

2.º — Verifica-se com satisfação que a vida no cais retomou seu ritmo normal e que cessou a perturbação provocada na economia da Província pela suspensão da actividade comercial portuária, durante uma semana.

Não houve transigências, pois as tripulações regressaram ao trabalho sem quaisquer condições e os responsáveis serão punidos nos termos das disposições legais.

A população da cidade, civilizada e indígena, ciente de

Incidente que se circunscendeu apenas à tribo manjaca

A História comprovou vezes sem conta que os manjacos são (sic) manjacos!

Tentando abafar um acontecimento que foi um episódio, «O Arauto», um comunicado do «Governo da

Mas o nosso Povo, dirigido pelo P.A.I.G.C., sob o «Libertação», órgão do P.A.I.G.C., assinalava no seu camarada Amílcar Cabral. Em editorial intitulado «Glória qual transborda a nossa história, projectando-se na

Arquivo da Administração Colonial

As reivindicações

Os colonialistas reagiram de forma brutal à greve de marinheiros do Pidjiguiti, em Agosto de 1959. Além das dezenas de mortos e centenas de feridos do massacre, são conhecidas inúmeras prisões, perseguições e torturas, levadas a cabo pelas autoridades colonial-fascistas contra os patriotas.

Paralelamente à onda repressiva desencadeada, os colonialistas ordenaram um inquérito administrativo aos acontecimentos. Os arquivos da administração colonial guardam até hoje documentos elucidativos, tais como uma nota «confidencial» do então administrador do «concelho de Bissau», José Eduardo de Abreu da Silva Marques, dirigida ao «excelentíssimo senhor inspector administrativo Manuel Bento Gonçalves Ferreira».

que em caso de alteração da ordem, lhe é garantida a integridade de pessoas e bens, mostrou perfeita confiança nos poderes públicos e na situação das forças de segurança e militares, cuja missão é, respectivamente, manter a paz social interna e defender a nossa soberania contra influências exteriores.

Constitue firme propósito do Governo reprimir todos e quaisquer actos que venham comprometer a tranquilidade das populações. Acima de tudo estão a ordem pública e o prestígio da autoridade que serão defendidos por todos os meios ao seu alcance.

Manter-se-á a devida atenção e vigilância, para que não seja ameaçada a paz em que temos vivido, nem afectadas as condições de trabalho da boa gente desta terra.

Repartição do Gabinete, em Bissau, 19 de Agosto de 1959. — O Chefe do Gabinete, (ass.) F. Guimarães da Costa, (capitão).

inscreveu

colonialistas nunca conheceram África, nunca chegaram a compreender os africanos. Prova evidente disso, a massificaram a greve dos marinheiros de Pidjiguiti, em 1959: «incidente localizado que se circunscreveu apenas à tribu

marco da nossa história de libertação nacional, só em 20 de Agosto os colonialistas fizeram publicar, no jornal da **Provincia da Guiné**».

de compreender a importância histórica do feito de Pidjiguiti, tirando as devidas lições do 3 de Agosto de 1959. No número 69 e sétimo aniversário do massacre, com artigos e uma mensagem do Secretário-Geral do Partido, «**Gloria Eterna aos Caídos de Pidjiguiti**», o «**Libertação**» salientava «a grande importância do feito de Pidjiguiti, o história mais vasta da luta que, de Cabo Verde a Moçambique, travam os nossos povos pela sua independência».

cial

es dos grevistas

CONFIDENCIAL N.º 27

[...] «Como já tive oportunidade de referir, contactei pela primeira vez com os grevistas, por determinação de Sua Excelência o Governador, no dia 3, pelas 3,30 da tarde, isto é pouco antes de se produzirem os acontecimentos que são do conhecimento de Vossa Excelência. Disse-me, então, que não retomariam o trabalho enquanto não lhes aumentassem os salários. Referiram ainda ao péssi-

mo tratamento dos patrões mas não aprofundei, então, a questão porque os ânimos estavam bastante exaltados.

O meu segundo contacto com os grevistas foi no dia seguinte ao do incidente, por volta das dez horas e, então, foi-me dito, salvo erro, pelo «mestre» O-CANTE que os grevistas exigiam para retomarem o trabalho:

a) Aumento de salários

b) — Afastamento do Sr. Administrador, aposentado, António Carreira, a quem acusavam de responsável pelas mortes havidas (lembro-me que um dos grevistas me disse em ar de mofa que o Sr. Administrador não tinha dormido em casa o que me levou a pensar que os grevistas o tinham sob observação contínua), de insultos constantes e de descontos em seus vencimentos por avarias no material e falta na carga e pelos quais não se julgavam responsáveis. Disse-me ainda que sabiam haver ordem da Gerência em Lisboa para lhes serem aumentados os vencimen-

tos e só o Sr. Administrador Carreira se opunha a que esse aumento se efectivasse e queixaram-se, ainda, da má qualidade de arroz que lhes era fornecido para alimentação.

a) — Afastamento do cais do patrão-mór da Capitania a quem acusavam de usar continuamente frases insultuosas.

d) — Afastamento do Sr. Martins (patrão-mór da Ultramarina, como lhe chamam) também por os insultar constantemente e torná-los sempre materialmente responsáveis pelos prejuízos havidos a bordo.

e) — Exigiam, igualmente, a soltura dos presos».

3 de Agosto de 1959 ★ 3 de Agosto de 1966

Gloria eterna aos caídos de Pidjiguiti

Muitos acontecimentos, alguns deles passando quase despercebidos no momento em que se produzem, têm marcado o desenrolar da nossa luta, ficando gravados na memória daqueles que, por analisarem mais profundamente ou seguirem mais de perto o nosso dia-a-dia, mais depressa podem realizar toda a sua importância.

Assim, o são, por exemplo, a instalação de uma base lá no lugar onde deve estar; a realização, em dado momento, de uma conferência de quadros ou de uma reunião de responsável, permitindo a revisão de erros cometidos ou a adopção de medidas oportunas para fazer face a determinada situação e acto do combatente anónimo que consegue, mediante a sua bravura e rapidez de decisão, determinar a mudança do curso de um combate ou até o fracasso de uma ofensiva inimiga, etc.

A nossa luta está cheia de pequenos heroísmos do dia-a-dia, de pequenos factos

que, reunidos, dão toda a sua grandeza à epopeia que vive o nosso povo.

Outros factos há, porém, que constituem verdadeiros marcos no desenrolar da nossa luta, em cuja marcha influíram de maneira decisiva.

O massacre cometido no cais do Pidjiguiti, a 3 de Agosto de 1959, pelas hordas colonialistas, conta-se entre estes factos. Impondo uma revisão total da nossa estratégia, uma tomada firme de posição no sentido da adopção da única forma de luta capaz de conduzir à liquidação do colonialismo — a luta armada —, o feito dos heróis e mártires do 3 de Agosto que, de mãos nuas, ousaram fazer face às metralhadoras inimigas, inscreveu-se para sempre entre os momentos mais altos da nossa história.

A escolha da data do 3 de Agosto como dia de solidariedade internacional para com os povos das colónias portuguesas reflecte também a grande importância do fei-

to de Pidjiguiti, a qual transborda a nossa história, projectando-se na história mais vasta da luta que, de Cabo Verde a Moçambique, travam os nossos povos pela sua independência.

É portanto, grande a responsabilidade que nos legaram, com a sua lição de firmeza e coragem, aqueles que tomaram juntos a 3 de Agosto de 1959.

Desenvolver cada dia mais a nossa acção em todos os planos, reforçar a nossa unidade, desalojar, o mais depressa possível, os colonialistas da nossa terra, redobrar de vigilância para defender a nossa organização afim de que os trabalhadores e ao povo da nossa terra nunca falte a justiça e a liberdade por que derramaram gloriosamente o seu sangue — este é o único caminho, aquele através do qual nos guia o nosso Partido, para nos mantermos merecedores do sacrifício dos que tomaram para sempre em Pidjiguiti.

Um dos momentos mais altos da nossa História

Proclamação da Insurreição Nacional

No dia 3 de Agosto de 1959 os colonialistas portugueses massacraram em Bissau 50 trabalhadores africanos em greve. Na época da descolonização, foi a primeira repressão brutal praticada pelos colonialistas portugueses contra os patriotas dos nossos países.

No dia 3 de Agosto de 1960, um dia de solidariedade para com os patriotas das colónias portuguesas, foi celebrado por todos os povos amantes da paz e da liberdade. Foi uma condição unânime do colonialismo português e uma prova de solidariedade para os nossos povos em luta.

No dia 3 de Agosto de 1961, face da posição ferozmente negativa do Governo Português que se recusa a adoptar uma solução pacífica para a liquidação da dominação colonial nos nossos países,

Considerando a firme vontade dos nossos povos de se libertarem do jugo colonial quaisquer que sejam os meios necessários;

Considerando que esta libertação deve ser realizada urgentemente, e que os nossos povos estão prontos a realizá-la;

Considerando as condições particularmente difíceis que defrontam os nossos povos na luta contra o colonialismo português;

Considerando a necessidade de evitar novas guerras coloniais em África e de preservar a paz mundial;

O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA,

Proclama o dia 3 de Agosto de 1961 dia da passagem da nossa revolução nacional da fase da luta política à de insurreição nacional, à acção directa contra as forças colonialistas;

Declara que todos os seus militantes e quadros estão mobilizados para a acção na luta de libertação nacional;

Convida todas as organizações nacionalistas dos nossos países a melhorar a sua organização, a reforçar a sua preparação para a luta e a coordenar a sua acção na Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde (F.U.L.)

Reafirma a solidariedade activa dos nossos povos para com o povo de Angola em luta;

Reafirma a vontade dos nossos povos de pretender a todo o momento, por via de negociação, uma solução pacífica no conflito que se opõe ao Governo português, de acordo com o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência nacional;

Faz apelo a todos os povos amantes da paz e da liberdade, em particular aos povos africanos e asiáticos para que deem uma ajuda concreta e imediata aos nossos povos em luta contra a dominação estrangeira.

AVANTE NA NOSSA LUTA DE LIBERTAÇÃO!

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS!

Conakry, 3 de Agosto de 1961. — O Secretário-Geral do PAIGC.

17.º aniversário do massacre de Pidjiguiti

Historias do Cais de Pidjiguiti

N'Dami começou a morrer. A primeira bala entrou pelo nariz e safu pelo lado direito do rosto, a dois dedos da orelha. Rasgou a carne, explodiu os dentes e jogou Silva N'Dami de bruços no chão enlameado pelas chuvas de Agosto. As mãos procuraram limpar o sangue que escapava furiosamente por todos os poros do rosto, pelo nariz, pela boca, pelas orelhas e cegava os olhos, impedia a visão. Inútil. Descontroladas, conseguiam apenas revolver o sangue sobre os ferimentos.

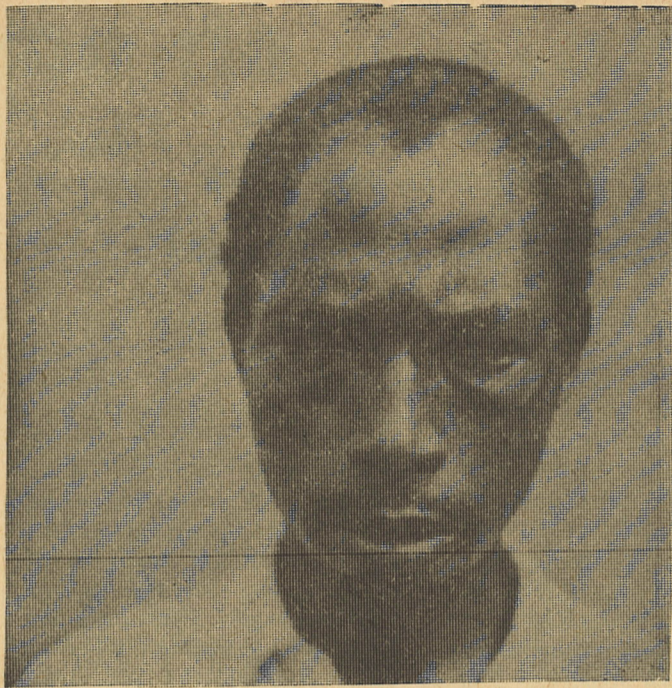
N'Dami via tudo mesmo sem ver nada. Não abria os olhos mas cheirava o fumo das armas no ar, trinta metros à frente. Via, nítido como nunca, o cano das espingardas e das metralhadoras dos polícias tugas brilhando no sol forte da Guiné. Uma imensidão de polícias com farda colonialista e armas apontadas para os marinheiros grevistas que corriam, de um lado para outro, em busca de abrigo no cais desabrigado de Pidjiguiti. Ainda sentia o impacto quente da bala disparada pelo tuga, o gosto de pólvora na garganta, no corpo inteiro. A cabeça fervendo, explodindo. E pensava na morte. Nesse momento N'Dami esqueceu a greve pelo aumento de salário, esqueceu tudo. Menos as armas dos polícias e o ódio que iria guardar pelo resto da vida. Se ainda fosse possível viver, já que agora acreditava apenas na morte.

Esse dia, essas três horas da tarde de três de Agosto de 1959, no Cais de Pidjiguiti, mudaram para sempre os projectos de N'Dami. O moço teve que esquecer os planos para depois das chuvas. A volta para sua terra, para a casa do pai, com o pouco dinheiro economizado em Bissau. Foi preciso não pensar mais em Naga, no norte, na Região de Oio, onde pretendia passar o resto da vida com a família, cultivando tranquilamente arroz numa bolanha.

Do dia em que saiu de Naga para falar crioulo em Bissau, aprender a remar duro no mar, comprar roupas e juntar dinheiro para levar ao pai — até agora, depois de cinco chuvas, caído no chão do cais, nada mais interessava. O que contava nesse instante era que N'Dami ia morrer. Seguro como a chuva que viria hoje, mais tardar amanhã. N'Dami ia morrer.

No chão, ele perdeu as forças. Os músculos fortes que impulsionavam os remos pesados da Cacine, aquela lancha colorida ancorada no meio do Geba, no Ilhéu do Rei, estavam paralisados, semi-enterrados no barco. Os braços de marinheiro acostumados a remar noites inteiras em troca de 120 miseráveis escudos por mês, corpo curvado no barco cheio até à borda com as mercadorias da Casa Gouveia, ficaram imóveis.

Nos olhos cobertos de sangue, N'Dami tinha gravada a imagem dos tugas descendo a rua, cercando o cais, obedecendo as ordens do chefe da Polícia, dos donos das empresas portuguesas que queriam acabar com a greve. E as armas. Dezenas delas, apon-



As mil mortes de N'Dami

tadas para os marinheiros desprotegidos, armados apenas com inúteis remos que já não podiam nem mesmo mergulhar nas águas salgadas do Rio Geba em busca de esconderijo. Nos olhos, havia também o medo de antes, o desespero impotente de agora. Medo, quando a Polícia bloqueou as ruas e ele viu que não havia como fugir do cais para a cidade. Quando tentou correr para o portão ainda aberto. E, então, o tiro, a queda. E, agora, o desespero, com a perspectiva da morte rondando o corpo imóvel.

Foi de repente. Sem saber exactamente como. Sem, ao menos, ter chegado a pensar nisso, ter procurado agir. Num salto, N'Dami ergueu o corpo ferido, mãos apoiadas no chão, impulsionando. O instinto de vida transmitido de geração em geração, através da magia das florestas, da íntima relação com os animais, com as plantas, foi mais forte. E ele correu, rosto vermelho despedaçado, camisa azul de cutim também vermelha de sangue.

N'Dami correu e, no mundo inteiro, só existiam as suas pernas, magras e musculosas. Que se alternavam rápidas, como as de uma gazela assustada, no chão do Cais de Pidjiguiti, pisado naquele instante por centenas de pernas iguais às de N'Dami e que também só pensavam em correr assustadas. Correr para qualquer lado. Para o portão, agora fechado pela Polícia, para tentar atravessar as barras de ferro e chegar à rua, enfrentar a barreira de fogo e fumo das armas. Para o lado das águas do Geba, principalmente para este lado. E foi para onde o instinto de N'Dami o levou. Correr, correr, correr, correr, cinquenta metros. Cair na água a nadar, nadar, nadar, para longe das armas dos tugas, da violência colonialista.

No meio da confusão das pernas que corriam para se salvar, duas correram para tentar sal-

var os outros. N'Dami não viu. Já estava quase a cair na água, pensando que ia morrer de qualquer modo. Essas pernas diferentes eram de António Nola. Homem forte como poucos, 35 anos, talvez 40, vividos no mar, capitão da lancha Cacine, capitão de N'Dami. Nola também correu. Mas foi na direcção do portão fechado, onde marinheiros se debatiam enfrentando os tiros da polícia, sem poder vencer a barreira.

O capitão passou à frente de todos. Levantou acima da cabeça as duas mãos que erguiam facilmente um saco de cem quilos e atirou-se contra o portão de ferro, três metros de altura. Foram dois, três empurrões violentos. O portão estremeceu e voou contra o muro de pedra. E os homens puderam escapar para a rua, enfrentar e tentar ultrapassar a linha formada pela polícia. Nola também passou. Durante alguns minutos tentou inutilmente arrancar a arma a um dos tugas. Alvejaram-no várias vezes mas as balas pareciam evitar o seu corpo, temer a sua carne dura de marinheiro.

No rio, a alguns metros dali, N'Dami ainda morria. Nadar, o único pensamento de N'Dami. Dez, vinte, trinta, metros pelas águas cada vez mais pesadas. Braçadas enfraquecidas pela dor, pela perda de sangue e o cheiro da morte. A mais de duzentas braçadas, distância impossível de ser vencida pelo marinheiro quase morto, a salvação: uma lancha. As balas mergulhavam na água, fazendo um círculo em torno da cabeça negra do homem que avançava teimoso para longe do cais. Muitas outras cabeças desapareciam na água atingidas mortalmente pelos tiros. N'Dami nada e queria gritar. Não podia e, de qualquer forma, não adiantava. Nessa hora não havia para quem gritar, pedir socorro. Só podia chorar. Sangue, lágrimas, água salgada pelo rosto. E morrer.

Um companheiro que já estava

na lancha viu N'Dami no desespero da morte. Desamarrou um bote e começou a remar. N'Dami sentia a morte na água que engolia, nos braços e pernas cada vez mais lentos. Mas ainda nada e, no bote, o companheiro remava. Cada minuto no rio era mais longo que o tempo necessário para vencer o caminho entre Bissau e Naga, estrada que jamais voltaria a percorrer. Cada minuto era o último, o marinheiro ferido pressentia isso.

Foi então, de um momento para outro, com a mesma força mágica que havia conseguido erguer-se ao lado do portão, vencer o cais e cair na água, que N'Dami sentiu na mão o contacto duro do casco do barco. Logo, no corpo inteiro. Mãos na borda áspera, perna direita para dentro. Força, força! E de novo a morte explodindo na carne

negra de N'Dami. Bala disparada pelo soldado tuga destroçando a mão esquerda de marinheiro remador. Mais uma vez, e logo em seguida de novo, a memória, a voz, a visão, sufocadas lentamente junto com os movimentos do corpo, com todos os sentidos que amarram à vida.

N'Dami ia cair de volta na água. O companheiro segurou-o firme por um braço. O terceiro tiro raspou a cabeça e as costas do marinheiro. O tuga, na beira do cais, cano da arma recto para a frente, não desviava um segundo os olhos de N'Dami. E apertava sistematicamente o gatilho. Aquele grevista era seu, não iria perdê-lo. O quarto tiro entrou no cotovelo e saiu no pulso, quando o marinheiro já estava estendido no fundo do bote. Esvaziou ainda mais o seu corpo, a memória. Fez os sentidos escorrerem pelos ferimentos, com o sangue que escapava pelo barco, pelo rio tingindo de vermelho o mundo de N'Dami.

O quinto tiro entrou no ombro direito. O marinheiro já não sentiu. O corpo havia se acostumado às balas tugas. Ele ia longe, muito longe do cais de Pidjiguiti. Estava com os seus antepassados, com os espíritos das florestas, dos pântanos da Guiné numa terra onde os soldados já não podiam alcançá-lo. Onde o chumbo das armas se transformava em inofensivos insectos.

N'Dami voltou por alguns segundos da terra tranquila dos antepassados quando o bote se aproximou da lancha. Pôde sentir que estava a ser içado para bordo. Depois, apenas a escuridão do porão húmido, deitado sobre umas tábuas. O barulho silencioso das águas no casco da embarcação. E, estranho isso, um menino pequeno e magro, olhos muito grandes, calmos, sentado à sua frente. Tinha uns cinco anos, não mais.

Não sentia mais dores. Achava, surpreso, que já não tinha corpo. Não conseguia mexer os braços, as pernas, a cabeça. O

peito. Tudo havia desaparecido. Os próprios ferimentos desapareceram, talvez até mesmo ele nunca tivesse sido ferido. Já não ouvia os tiros lá fora, os gritos. O massacre no cais era coisa antiga que ele lembrava vagamente. N'Dami via apenas os olhos grandes do menino. O mundo era os olhos do menino.

Mas, de repente, também já não existiam os olhos nem o menino. Haviam desaparecido como o seu corpo, como os ferimentos. No lugar da criança, um peixe enorme, monstruosamente luminoso, dançando no ar, na escuridão do porão, avançando para N'Dami com a boca imensa aberta. Uma boca que engoliria dez homens de uma única vez. Que avançava, avançava, dezenas de fileiras de dentes afiados, luminosos. N'Dami gemeu, sem poder chorar. Pois não tinha olhos, não tinha lágrimas. — *Ai meu paizinho em Naga, minha terra, minha lancha Cacine!* — Isso seria a morte? Era assim que as pessoas morriam? O peixe luminoso no porão do barco, os tiros que haviam parado no cais, as dores e o corpo que haviam desaparecido. A morte, sim, o marinheiro tinha certeza: estava morrendo.

Foi às sete da manhã. Depois de uma noite inteira de pesadelos. Às vezes o peixe. Às vezes os olhos do menino que uma vez chegara para deitar uma caneca com água sobre a sua boca. Ou isso também fora delírio? A luz que vinha da cobertura da lancha invadiu o porão, assustou. O grito do polícia amedrontou ainda mais: — *Aqui dentro. Há um que foi ferido. Aqui no porão, venham.* — O marinheiro suspirou fundo, um suspiro que era quase um gemido. Não tinha morrido. E o menino ainda estava ali, ao seu lado. Passara a noite com ele.

N'Dami começou a chorar, já podia chorar. Chorou e gemeu enquanto os polícias o carregavam para um outro barco. As lágrimas rolavam pelo rosto, pelo sangue ressequido sobre a pele. Já sentia o corpo, as dores, tudo. Estava vivo. Cinco balas dos tugas haviam perfurado a carne do marinheiro. E ele conseguiu sobreviver, depois de 15 horas escondido no porão da lancha.

QUINZE ANOS

O final da história de Silva N'Dami é quase igual a de todos os outros marinheiros que foram feridos e presos, depois do massacre no cais. Alguns dias no hospital, em seguida uma cela no quartel de Santa Luzia, na Pide, quando os ferimentos ainda mal cicatrizavam. Paredes apertadas para tanta gente, três metros por três, chão de cimento coberto de água para que ninguém se pudesse deitar. A tortura, a fome. Pois é, a história é quase igual há apenas uma diferença: Com uma mão inutilizada, N'Dami passou 15 anos desempregado em Bissau. Sobrevivendo como pôde. Só em 1974, depois de todo esse tempo, com a liberdade voltou ao porto onde agora trabalha como vigia. Nunca mais viu a família, nunca mais pode voltar a Naga para cultivar arroz.

Morreu num desastre o primeiro-ministro de Madagascar

O Primeiro-Ministro malgache, coronel Joel Rakotomalala, morreu num desastre de helicóptero, na sexta-feira passada. O Presidente Didier Ratsiraka anunciou à nação que morreram três outras personalidades, entre as quais o ministro do Desenvolvimento Rural e da Reforma Agrária, Pierre Rajaonah, e o Chefe do Estado Maior do Exército Popular, tenente-coronel Rakoto Nirainy.

O desastre registou-se na região de Antsirabe, 170 quilómetros a sul de Tananarive. O Presidente Ratsiraka decretou uma semana de luto nacional, realizando-se as cerimónias fúnebres nacionais em data a anunciar.

A Grande Cruz de Primeira Classe da Ordem Nacional, a mais alta distinção da República Democrática de Madagascar, foi concedida pelo Presidente Ratsiraka, a título póstumo, ao coronel Rakotomalala, que era chefe do Governo desde Janeiro deste ano. Era casado e pai de nove filhos.

CONDOLÊNCIAS DA GUINÉ-BISSAU

O Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral, e o Comissário Principal, camarada Francisco Mendes, enviaram mensagens de condolências ao Presidente malgache, Didier Ratsiraka, pela morte do Primeiro-Ministro Joel Rakotomalala e de três outras personalidades.

Igualmente o Comissário dos Negócios Estrangeiros, camarada Victor Saúde Maria, enviou um telegrama ao seu homólogo malgache, Richard Ratsimandrava, expressando votos de profunda mágoa.

Agostinho Neto

"Dever internacionalista de apoio aos povos sob dominação colonial"

LUANDA (AFP) — O Presidente Agostinho Neto reafirmou no domingo passado o «dever internacionalista» do seu país de ajudar política e materialmente os povos ainda sob dominação colonial e nomeadamente os da Namíbia, do Zimbabué e da África do Sul.

O chefe de estado angolano, falava por ocasião de uma grande parada militar organizada por ocasião do segundo aniversário da fundação das FAPLA, declarou que a contribuição de Angola seria «modesta» mas oferecida «generosamente» para que «África seja livre». Neto declarou-se consciente dos «problemas» que existem ainda no seu país, citando nomeadamente «violações de fronteira, no norte e no sul» «actos de banditismo» e denunciando «a agressão política» contra Angola.

Finalmente, o chefe de estado angolano, que pela primeira vez estava vestido do uniforme de comandante em chefe das Forças Armadas, lembrou que a disciplina continuava um dos principais imperativos, tanto nas Forças Armadas como nos sectores de produção ou nos órgãos do Partido.

Um milhar de soldados das FAPLA vestidos com camuflados e armados de espingardas «AK-47» desfilaram em seguida, perante o Presidente Neto.

Este desfile foi seguido pelo de material pesado, essencialmente de origem soviética: camiões «Gaz» transportando canhões de 75 mm e morteiros pesados, veículos portadores dos célebres «orgãos de Staline» e carros de combate «T-34» e T-54.

Duas formações de Mig-17 e Mig-21 atravessando o céu de Luanda, fecharam este desfile militar organizado por ocasião do segundo aniversário da formação das FAPLA.

Libano:

Novo projecto de cessar-fogo

BEIRUTE (AFP) — Um novo projecto de acordo à partir de Agosto, seguido do retorno à vida normal nos dez dias, foi submetido no domingo passado às partes beligerantes, anunciou ontem «Al Anouar» que aparece na zona sob controlo conservador. Este acordo teria sido objecto de discussões entre o general Mohamed Hassan Alghoneim, comandante dos «capacetes verdes», Hassan Sabri Al-kholi, emissário da Liga Árabe, e os elementos da esquerda e da direita.

Este projecto de acordo é o terceiro submetido aos beligerantes desde a chegada ao Líbano dos capacetes verdes em Junho passado. O projecto previria o cessar-fogo a partir de 23 h TMG de hoje, paragem de todas as operações militares, e a supervisão da trégua pelos capacetes verdes. Até 15 de Agosto, os serviços essenciais da capital seriam postos em marcha.

Kampala corta com Londres

LONDRES — Eustace Gibbs, Alto Comissário britânico interino em Kampala, chegou na quinta-feira passada a Londres, a seguir à decisão da Grã-Bretanha de romper as relações diplomáticas com o Uganda.

O porta-voz do «Foreign Office» indicou por outro lado que o governo britânico esperava as reacções oficiais do governo ugandês à decisão que anunciou ruptura.

Conakry 8.º aniversário da Revolução Cultural Sociedade guineense-arabe vai explorar a bauxite de Boke

CONAKRY — Um acordo para a criação de uma sociedade guineense-árabe de alumínio foi assinado entre os governos da Guiné, do Egipto, do Iraque, da Líbia, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, revelou o presidente Sekou Touré, da República da Guiné.

A nova sociedade cuja convenção de base tinha sido assinada em Janeiro de 1975 em Conakry, e que terá um capital de 1 bilhão e 400 mil dólares, será encarregada do aproveitamento dos jazigos de bauxite de Ayerkoye, na região de Boke, no noroeste da Guiné, cujas reservas estão avaliadas em 500 milhões de toneladas de bauxite. Numa primeira fase, a sociedade que instalará uma fábrica de alumí-

nio, uma linha rodoviária e instalações portuárias para a evacuação do mineral, assim como um de habitação, poderá produzir dois milhões de toneladas de alumínio, e numa segunda fase poderá produzir 150 mil toneladas de alumínio.

A assinatura dos acordos criando a sociedade foi apresentada «como uma grande vitória económica da revolução guineense» pelo chefe do Estado guineense.

Sekou Touré forneceu estas indicações num discurso pronunciado por ocasião do 8.º aniversário da revolução cultural socialista na Guiné, que foi festejado ontem em todo o país.

Ele citou como outras vitórias da revolução guineense a passa-

gem em 1974 à «fase do Partido-Estado», a criação de 1.500 brigadas motorizadas de produção, geridas pelos «Pouvoir Revolutionnaires Locaux» (células de base da revolução), assim como a tomada do comércio interno por estes organismos. «Estas vitórias indicou ele, não agradam ao imperialismo e excitam o ódio dos lacaios africanos», que pretendem minar a estabilidade política e moral da Guiné.

«O inimigo, declarou ele finalmente, trabalha para nos desmobilizar e desorganizar as nossas estruturas, para paralisar o funcionamento do aparelho de Estado para recrutar mercenários, treinando assassínios, organizando assassinatos contra os quadros dirigentes.

que é de facto um instrumento de repressão do movimento de libertação nacional dos povos árabes e africanos, ao serviço dos Estados Unidos e de outras forças imperialistas e reacionárias. Ela realçou o carácter criminoso das relações estreitas que existem entre os dirigentes sionistas israelitas e os regimes racistas da África do Sul. Apelou a todos os países do mundo a boicotarem Israel, a suspender as relações diplomáticas, económicas e culturais com o Estado sionista que pratica uma política discriminatória.

Simposio sobre sionismo e racismo terminou na Líbia

TRIPOLI (TASS) — O simpósio sobre: «O sionismo, forma de racismo e de discriminação racial» encerrou os seus trabalhos em Trípoli. Os delegados de mais de 30 países adoptaram uma resolução exprimindo a solidariedade com a luta do povo árabe da Palestina contra o sionismo e o racismo, pelos seus legítimos direitos.

A teoria e a prática do sionismo mundial estão em flagrante contradição com as normas internacionais universalmente reconhecidas. Por natureza, elas são uma

manifestação do racismo e da discriminação racial reprovadas pelo direito internacional, diz a resolução. Os delegados pronunciaram-se pela ajuda e apoio à resistência palestina, sublinhando que a OLP era a única representante legítima do povo árabe palestino.

Eles acentuaram a necessidade de satisfazer os direitos nacionais legítimos do povo árabe da Palestina. A resolução condenou os métodos racistas empregados por Telavive nos territórios árabes ocupados, e o seu papel reacionário,

Agostinho Neto terminou visita a Cuba

HAVANA (TASS) — A delegação governamental angolana conduzida por Agostinho Neto, Presidente do MPLA e Presidente da RPA, concluiu a sua visita oficial a Cuba. Durante a visita realizaram-se conversações entre as delegações governamentais de Cuba e de Angola e foram assinados documentos importantes sobre a cooperação entre a República cubana e a RPA. Os membros da delegação visitaram várias províncias cubanas.

N'Gouabi Medalha de ospaa

BRAZZAVILLE (AFP) — O Presidente Marien N'gouabi, foi condecorado na sexta-feira passada em Brazzaville, com a «Medalha de Solidariedade da OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos)», pelo Secretário Geral da organização, Youssef El Sabai. A cerimónia desta condecoração realizou-se durante o encerramento dos trabalhos da quarta reunião do presidium da OSPAA, que se realizou em Brazzaville de 28 a 30 de Julho.

Swapo A luta continua

LUSAKA (TASS) — O Presidente da Swapo, Sam Nujoma, sublinhou a vontade do povo namibio de prosseguir até ao fim da luta pela libertação. Tomando a palavra durante a reunião do Comité Central da Swapo ele denunciou os projectos dos dirigentes da RSA de dividir a Namíbia e colocar no poder um governo fantoche composto de chefes de tribos corrompidos. O nosso povo, disse Nujoma, não aceitará nunca a independência fictícia que a clique racista de Vorster quer impôr-lhe.

Comissao de Turismo criada em Moçambique

MAPUTO (TASS) — Uma comissão nacional de turismo foi criada em Moçambique. Samora Machel, Presidente da FRELIMO, definiu a tarefa maior da comissão que consiste a fazer do turismo, esse privilégio de estrangeiros ricos, um apanágio das largas massas populares. O turismo deve ajudar todos os moçambicanos a conhecerem melhor o país e a sua cultura. Quanto aos turistas estrangeiros, disse o Presidente, não são mais os racistas sul-africanos e rodebianos que virão a Moçambique, mas os representantes dos países amigos.

Oustinov marechal da URSS

MOSCOVO (AFP) — Dmitri Oustinov, ministro soviético da Defesa foi nomeado marechal da URSS, anunciou na sexta-feira passada a televisão soviética. O decreto do Presidium Soviético Supremo da URSS foi assinado por Nicolai Podgorny, chefe de Estado, acrescentou o comentador.

Membro do Politburo do Partido Comunista Soviético desde o 25.º congresso do partido em Fevereiro e Março passado, Oustinov substituiu em Abril último o marechal Andrei Gretchko falecido, no ministério da Defesa da URSS.

17.º aniversário do massacre de Pidjiquiti

Amilcar Cabral

Uma lição da História



(Continuação das centrais)

parteiros, assistentes sociais e outros quadros. Temos estudado com devoção e espírito científico os problemas do desenvolvimento económico, social e cultural da nossa terra.

Em Cabo Verde, onde a consciência política do povo é cada dia maior, as condições já são boas para a passagem da luta à acção armada. Sob a direcção do nosso Partido o nosso povo prepara-se actualmente para desencadear o mais cedo possível a luta armada que conduzirá à libertação dessa parcela do território nacional do jugo colonial português, da miséria, da fome e dos sofrimentos a que há séculos estão sujeitas as populações caboverdianas.

SOMOS HOJE MAIS FORTES DO QUE NUNCA

Em África e no Mundo, o prestígio do nosso Partido e do nosso povo é cada dia maior. A nossa voz é ouvida com respeito e consideração em todas as reuniões africanas e internacionais.

Nesta luta heróica que no começo era desigual, somos hoje mais fortes do que o inimigo, apesar dos seus 20 000 homens presentes na nossa terra. Dispomos de armas poderosas e cada dia dispomos de meios mais eficazes para liquidar as forças colonialistas, das quais mais de dois mil homens, dezenas de camiões, viaturas ligeiras e muito outro material foram postos fora de combate. Temos munições e todos os meios para lutar todo o tempo que fôr necessário, até à libertação total da nossa terra. Temos, por outro lado, a ajuda cada dia maior e mais eficaz dos povos irmãos da África e de todos os povos e organizações anti-colonialistas do Mundo.

Pelo contrário, os colonialistas portugueses, que também fazem a guerra em Angola e Moçambique, estão cada dia mais isolados no Mundo e sofrem na nossa terra cada dia mais derrotas. Obri-

gados a esconderem-se atrás do arame farpado e das minas que envolvem as suas casernas, os militares portugueses estão cada dia mais desmoralizados e só desejam encontrar maneira para se libertarem da guerra colonial que lhes é imposta pelo seu Governo, contra os interesses do próprio povo português. Além disso os traidores, como alguns régulos e altos funcionários sentem agora que a hora da justiça está a chegar, vivem com medo e começam a fazer tudo para abandonarem o seu patrão colonialista. O nosso povo, solidamente unido em torno do nosso Partido, sente-se, mais do que nunca, seguro da vitória final da nossa luta, que não vai tardar. Nada no mundo poderá evitar a derrota total dos colonialistas portugueses na Guiné e em Cabo Verde, e a independência nacional da nossa pátria, no caminho da construção da paz do progresso e da felicidade do nosso povo.

AVANTE PARA NOVAS VITÓRIAS

Por isso, ao lembrarmos os nossos irmãos cobardemente massacrados no cais de Pidjiquiti, ao saudarmos o nosso povo heróico e os corajosos combatentes do nosso Partido nesta data histórica de 3 de Agosto, temos o prazer de declarar:

— Aos africanos da nossa

terra que agora têm estado a trair os interesses do nosso povo, servindo miseravelmente os colonialistas portugueses, dizemos-lhes que ainda não é tarde demais para terem a coragem de mudar de caminho e de juntar-se às nossas fileiras, na luta gloriosa e vitoriosa contra os colonialistas portugueses. Aqueles que preferem a voz da barriga à voz da razão, serão liquidados como liquidamos seguramente todos os agentes dos colonialistas portugueses.

— Aos militares portugueses que vivem hoje na nossa terra uma vida de tragédias e de sofrimentos, dizemos que compreendemos o seu desejo de se libertarem da guerra colonial e encorajamo-lhes a buscar audaciosamente o caminho da liberdade, a juntarem-se às nossas forças para melhor defenderem os interesses do próprio povo português. Ainda estão a tempo de evitar a morte inglória na nossa terra e de preferir a vida, ao serviço das suas famílias desesperadas e ao serviço do seu povo.

— Aos civis portugueses e outros estrangeiros, que tenham ou não tenham interesses no nosso país, repetimos-lhes que nós lutamos para criar uma pátria onde todos os homens, independentemente da sua nacionalidade, terão direito ao trabalho e a uma vida digna, desde que respeitem a soberania do nosso povo.

Devem, portanto continuar a fazer tudo para evitar compromissos com os criminosos colonialistas portugueses.

— Ao nosso povo, aos nossos heróicos combatentes, das forças da Guerrilha e do Exército Popular, aos milicianos e milicianas, a todos os militantes e responsáveis do nosso grande Partido, dizemos:

Para a frente, companheiros, cada dia com mais coragem e decisão, no caminho da libertação total da nossa pátria, para construirmos a paz e o progresso do nosso povo!

Os trabalhadores assassinados no cais de Pidjiquiti e todos os mártires da nossa luta, não morreram nem nunca morrerão. Eles ressuscitam cada dia nos nossos corações reforçando o combate glorioso do nosso povo pela liquidação total da sua dominação estrangeira na nossa terra!

Irmãos e companheiros de luta:

Nenhuma força no mundo será capaz de evitar a libertação total do povo da Guiné e Cabo Verde!

Glória aos heróicos combatentes do nosso povo!

Glória ao nosso grande Partido — o P.A.I.G.C. — força principal, guia e luz do nosso povo na sua luta pela liberdade e pelo progresso!

Morte aos colonialistas portugueses e a todos os seus servidores!

Mensagem do presidente Senghor

Por ocasião do 3 de Agosto, o Presidente da República do Senegal, Leopold Sedar Senghor, enviou o seguinte telegrama ao camarada Presidente Luiz Cabral:

«Depois do acesso da Guiné-Bissau à soberania internacional, os laços que existem já entre as populações dos nossos dois países, devido à sua comunidade de pensamento e de acção, consolidaram-se no quadro de uma cooperação fecundada porque inspirada por um sentido agudo de solidariedade africana. Assim, seguimos com um interesse particular os esforços por vós desenvolvidos para o desenvolvimento do vosso país. É neste contexto que saudamos com prazer a celebração desta vossa festa nacional, dirigindo-vos votos de saúde, e de felicidade e prosperidade para a Guiné-Bissau».

Primeiro aniversário do "Voz Di Povo"

Completo um ano de existência, o semanário «Voz di Povo», da República irmã de Cabo Verde.

«Em 17 de Julho de 1975, 12 dias após a solene proclamação de Cabo Verde como Estado livre e soberano, saía o primeiro número do Voz di Povo». Um semanário naturalmente humilde, pois também humilde e pobre era o país e quase tudo o que nos coubera por herança após os 500 anos da nossa existência de povo colonizado», assinala um editorial do jornal, acrescentando: «Como a nossa terra, o «V.P.» ia começar praticamente do zero. Todavia, com a indepen-

dência nacional, ficara para trás o espectro do desânimo».

O «Voz di Povo», apesar de todas as carências — em pessoal especializado, em experiência e em meios materiais e técnicos — iniciou a sua publicação, cresceu, desenvolveu-se e melhorou a sua qualidade. Das oito páginas iniciais, publica-se agora um número semanal com 12 páginas, com novas secções, quer de noticiário nacional e internacional, quer de artigos destinados a elevar o nível ideológico dos seus leitores.

A festa do primeiro aniversário do «Voz di Povo», é a festa do «Nó Pintcha». A

colaboração estreita entre os órgãos governamentais dos dois países irmãos, simboliza bem os esforços realizados, neste período, para dar a conhecer, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, o que se vai passando em cada um dos nossos países.

Os trabalhadores do «Nó Pintcha» endereçam aos camaradas do «Voz di Povo» fraternais saudações, formulando votos de novos êxitos na nobre tarefa de informar e de ajudar a formar milhares de caboverdianos, no país e espalhados por todo o mundo. Nó Pintcha, camaradas do «Voz di Povo»!

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Terminaram os XXI Jogos Olímpicos

MONTREAL (AFP) — A chama olímpica extinguiu-se na noite, elevaram-se coros no estádio de betão num «adeus a Montreal» e num «até breve Moscovo», os atletas de todos os países, efectuaram uma última volta à pista. Os jogos da XXI.ª Olimpíada terminaram. Os quatro edifícios que compõem a aldeia olímpica vão ser vendidos, os estádios olímpicos farão de Montreal a cidade mais rica no mundo em instalações desportivas, os polícias de Quebec regressarão às suas ocupações quotidianas, os dirigentes de olimpismo vão poder meditar sobre o futuro, sombrio, do seu movimento, e os atletas vão regressar aos seus países, com suas medalhas, com as imagens inesquecíveis na memória, lembranças próximas ainda de momentos excepcionais, de êxitos, de alegrias triunfantes que fizeram a beleza destes jogos, apesar das inquietudes, dos dramas, de ameaças, de lutas políticas que pairaram.

Dois assuntos importantes fizeram tremer o alicerce do movimento olímpico. O do Taiwan e o das delegações de quase todos os países do continente africano que deixaram Montreal para protestar contra a presença da Nova Zelândia, cuja equipa de «rugby» efectua uma digressão na África do Sul. Este último país, aliás, encontra-se cada vez mais isolado. Várias federações internacionais que se reuniram por ocasião dos Jogos, expulsaram-no. Não foi tudo. Houve também o caso do jovem saltador de trampolim soviético que desapareceu, ao que parece para prosseguir um idílio com uma jovem canadiana, o que esteve prestes a provocar a partida da delegação soviética. E, depois, as declarações do director da CIO, Monique Berlioux, para quem estes jogos «careceram de alma», o que não agradou aos quebianos. E ainda, em tela de fundo, todas as greves e os conflitos sociais em Quebec.

O QUADRO DAS MEDALHAS

Depois da retirada de 30 países africanos e árabes, cerca de sete mil atletas de 84 nações disputaram as 196 medalhas postas em competição em 22 disciplinas.

41 países increveram-se no quadro das medalhas. Mas a maior parte foi para as três potências do desporto mundial, URSS, (125, sendo 47 de ouro), os EUA (com 94, sendo 34 de ouro) e a RDA (90 medalhas com 40 de ouro). E, o que ilustra bem a formidável carreira dos países socialistas, em detrimento das nações capitalistas, sete de entre eles (URSS, RDA, Roménia, Polónia, Bulgária, Hungria, Cuba) figuram nos dez primeiros face aos EUA, à RFA e o Japão. E agora, Moscovo, em 1980!